

INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930, foi um movimento liderado por representantes de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul contra a política oligárquica que comandava o Brasil na época.

Esse movimento destituiu Washington Luís do Poder e impediu a posse do presidente eleito nas eleições de 1930, Júlio Prestes. Com esses acontecimentos, chegou ao fim a República Velha e instaurou-se no Brasil, a Era Vargas, que começou pelo Governo Provisório.

O Brasil era controlado pela política do café com leite, onde paulistas e mineiros revezavam a presidência do país. Em 1930 teria eleição e o atual presidente da época, Washington Luís, deveria indicar ao poder um representante mineiro, pois era a vez dos mineiros governarem o Brasil. Porém, isso não aconteceu, Washington Luís indicou Júlio Prestes, um paulista, quebrando assim, aquele revezamento que deveria ser feito. Essa quebra de acordo fez com que os mineiros, naquele exato momento, rompessem a amizade com os paulistas. Insatisfeitos com a situação e desejando responder essa atitude à altura, os mineiros procuraram apoio e se aliaram aos paraibanos e gaúchos.

Essa união de Minas Gerais, com a Paraíba e o Rio Grande do Sul deu origem a aliança liberal, em 1929. O candidato a Presidência que os mineiros tinham era Antônio Carlos, mas o acordo feito com a Paraíba e o Rio Grande do Sul rendeu a esses Estados a possibilidade de escolherem seus representantes.

Então, ficou assim, o Rio Grande do Sul apresentava Getúlio Vargas como candidato a Presidente, e a Paraíba apresentava João Pessoa como seu candidato a Vice-presidente. De outro lado, Júlio Prestes e seu vice Vital Soares, pronto, estavam formadas as uniões que disputariam as eleições de 1930.

Júlio Prestes e seu vice saíram vitoriosos na eleição, foram acusados de fraudar os votos, mas nada aconteceu. Em 26 de julho, o vice de Getúlio Vargas foi assassinado por opositores de seu Estado. Mas, o culpado pela morte de João Pessoa foi o governo de Washington. Logo em seguida, a aliança liberal começava a convencer os militares a derrubar Washington Luís e colocar em seu lugar Getúlio Vargas.

Aos poucos, foram conseguindo apoio de mais militares e esses foram os responsáveis pela organização de forças militares que ajudariam Getúlio a chegar até o poder. Em 24 de outubro de 1930, as forças armadas depuseram Washington Luís, e uma junta provisória militar ficou no controle do país.

Getúlio Vargas, na companhia de militares e apoiadores, seguiu até o Rio de Janeiro, onde assumiria a presidência do Brasil em 3 de novembro de 1930.

A chegada de Getúlio ao Poder marca o fim da República Velha como política do café com leite e o início do governo provisório, a primeira das três partes da Era Vargas, que ainda terá um Governo Constitucional e o Estado Novo.

Referido período promoverá mudanças estruturais no Brasil amparadas na construção de um modelo econômico dito nacional-desenvolvimentista, com uma forte política de industrialização e a construção do trabalhismo, com vasto adensamento de direitos sociais.

1. PRIMEIRA FASE - 1930 a 1934 – Governo Provisório

Diz-se Governo Provisório porque Getúlio Vargas chega ao Poder através da Revolução de 1930, assumindo a presidência de forma interina, até que fossem convocadas novas eleições presidenciais.

Durante o referido período, Vargas vai governar através de Decretos-leis, uma vez que o Congresso estava fechado, e que não havia uma Constituição. Pois a Constituição da República Velha, ou seja, a Constituição de 1891, foi extinta quando Vargas chega ao Poder.

Além disso, ele vai nomear para cada Estado da federação, interventores de sua máxima confiança. Normalmente, esses cargos foram ocupados por tenentes que o apoiaram durante a Revolução de 1930, com exceção do Estado de Minas Gerais, que não recebeu um interventor federal nomeado.

Nesse sentido, observa Bercovici:

O tenentismo não foi um movimento homogêneo, mas é possível determinar pontos que os uniam, como a crença de que os tenentes

seriam os responsáveis pela defesa das instituições republicanas e a pregação da necessidade de eleições honestas e do voto secreto (BERCOVICI, 2008, p. 376).

Outra característica do período é um atrelamento dos sindicatos ao Governo. Significa dizer que, os sindicatos para serem validados os seus registros, precisavam estar atrelados ao Ministério do Trabalho, ao recém-criado, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que ficou a cargo de Lindolfo Collor.

Destacando aqui, que a questão social durante a República Velha era considerada um caso de polícia, segundo Washington Luís. Ou seja, as manifestações operárias eram violentamente reprimidas durante a República Velha, inclusive com os burgos, com banimentos de muitos imigrantes.

Havia ainda, a vigência da Lei Adolpho Gordo, que permitia a expulsão de imigrantes que promovessem arruaças, esse termo era utilizado para greves, piquetes, passeatas, manifestações grevistas ocorridas no Brasil.

Portanto, durante a República Velha a questão social era encarada como caso de polícia. Nessa fase, esse discurso teve uma sensível mudança, pois a questão social durante a Era Vargas passa a ser considerada um caso de política nacional. Muda-se, de caso de polícia para caso de política.

Ainda durante o Governo Provisório, nós temos a criação das primeiras leis trabalhistas no Brasil, por exemplo: jornada de trabalho de 8 horas diárias, a criação do salário mínimo, da aposentadoria, do direito de férias remuneradas, da estabilidade no emprego.

Esses direitos são fruto de muita luta, de uma histórica luta do movimento operário durante o século XX, que foi colocado em prática durante o Governo Vargas, com a implementação das primeiras leis trabalhistas no Brasil.

Também ocorre nessa fase, a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932. Essa Revolução foi uma reação da Oligarquia cafeeira paulista insatisfeita com a exclusão do Poder. São Paulo vai pegar em armas para tentar derrubar o presidente Getúlio Vargas do poder. Esse movimento vai contar com o apoio da classe média urbana que estava insatisfeita com o autoritarismo varguista e principalmente, com a indicação de um interventor federal não paulista para governar o Estado de São Paulo. Forma-se

então o Movimento M.M.D.C., os paulistas vão se alistar para enfrentar o Governo Federal.

A sigla M.M.D.C., foi retirada de estudantes mortos em manifestações contra o Governo Federal, cujos sobrenomes eram Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.

O objetivo dessa Revolução era forçar o presidente Getúlio Vargas a convocar eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Portanto, os paulistas desejavam a implementação de uma nova Constituição no Brasil.

Essa Guerra vai durar alguns meses e termina com derrota militar dos paulistas. Getúlio Vargas vence nas armas, mas do ponto de vista político pode-se dizer que São Paulo sai vitorioso, pois Vargas convoca eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, para que seja elaborada a nova Constituição Federal, sendo o auge, como demonstra José Murilo de Carvalho:

À medida que se tornava clara a vitória dos Aliados, intensificava-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários. A imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o amigo dos operários, foi sendo sistematicamente construída. O movimento chegou ao auge com a proposta de uma Assembleia Constituinte com Vargas, apoiada até mesmo pelo Partido Comunista do Brasil. Essa guinada, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas. Estas, ou melhor a facção que as dominava, já então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a busca de novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico. (CARVALHO, 1999)

Com um detalhe interessante, é a primeira eleição no Brasil que vai contar com o voto feminino. As mulheres conseguem direito ao voto no Brasil com a Reforma do Código Eleitoral, ocorrida em 1932. Ou seja, o movimento sufragista feminino alcançou a sua meta de conseguir participar ativamente da política nacional.

2. SEGUNDA FASE - 1934 a 1937 – Governo Constitucional

Nessa fase então, temos a criação da Constituição de 1934, que apresentava como características o voto secreto, obrigatório e direto. Portanto, o voto deixa de ser aberto, e passa a ser secreto.

Além disso, Getúlio Vargas cria a Justiça Eleitoral e dá direito ao voto às mulheres. Entretanto, cabe ressaltar que os analfabetos, maioria esmagadora da nação, permaneciam excluídos da participação política.

Uma outra característica da Constituição de 1934 foi o corporativismo, ou seja, o Estado se apresenta como mediador da luta de classes. A histórica disputa entre capital representado pelos empresários e o trabalho representado pelos operários, vai ser evitada pelo Estado com a implementação do corporativismo. Diminuindo assim o atrito entre a burguesia industrial e os operários.

Segundo Bercovici, “o que acontece em 1934, fundamentalmente, é a constitucionalização das medidas tomadas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas”. (BERCOVICI, 2005, p. 17). Sendo considerada a primeira Constituição Econômica no Brasil.

Ocorre ainda, a confirmação das leis trabalhistas, os primeiros direitos trabalhistas implementados ainda durante o Governo Provisório são referendados durante a Constituição de 1934.

Neste sentido, Amaral registra que:

O mundo, a realidade objetiva, a crise internacional e a crise nacional, a polarização ideológica, o fascismo e o comunismo em ascensão, a emergência da socialdemocracia européia, a luta de classes no prosaetrio. Hitler e Stalin no poder. Tudo isso faria a Constituição de 1934 essencialmente diversa de sua antecessora, e seu caráter mais distintivo será a consagração de temas como a Nova Ordem econômica e as preocupações com questão social (que deixava de ser ‘caso de polícia’). (AMARAL, 2004).

Mais uma novidade é o estabelecimento do mandato presidencial de 4 anos. Ou seja, Getúlio Vargas ganha mais 4 anos no poder, pois o Congresso nacional, a Assembleia Nacional Constituinte que se reuniu para elaborar a Constituição de 1934, concedeu mais 4 anos de mandato para Vargas. Portanto, Getúlio Vargas é o primeiro presidente eleito indiretamente.

Além disso, mais uma característica seria a intervenção do Estado na exploração de minérios no Brasil.

Durante o Governo Constitucional de Vargas, nós temos a formação de duas correntes políticas antagônicas, influenciadas pela conjuntura internacional. Pois vejamos bem, na Europa nós tínhamos uma grande polarização ideológica com o estabelecimento de regimes totalitários em vários países daquele continente. Temos a ascensão do nazifascismo, o fascismo de Benito Mussolini na Itália chegou ao poder em 1922, e o nazismo de Adolf Hitler na Alemanha, que se instala no poder em 1933. Ao mesmo tempo, nós temos a consolidação do socialismo, o governo de Joseph Stalin na União Soviética.

Todas essas transformações políticas, toda essa polarização ideológica, extrema direita, extrema esquerda, vão ressoar no Brasil. Essas ideias, a defesa do comunismo e a defesa do nazifascismo chegam até aqui e contribuem para a formação de duas agremiações antagônicas. Uma de tendência fascista e outra de tendência comunista, temos então a formação da AIB, ou seja, Ação Integralista Brasileira.

A AIB é um grupo de tendência fascista, que tinha como principal líder Plínio Salgado, a qual condenava o capitalismo financeiro internacional associado aos judeus, mas não condenava a propriedade privada. A AIB defendia a implantação do totalitarismo no Brasil, ou seja, um Governo autocrático ditatorial. Defendia o unipartidarismo, ou seja, a existência de um único partido político, no caso o partido de sustentação ao Governo, e a implantação de um Estado Centralizado e forte no País.

O lema da AIB era “Deus, Pátria e Família”, usavam uniforme verde com a letra grega o “sigma” como símbolo, e a saudação característica desse grupo era em tupi “anauê”.

Os chamados integralistas tinham apoio de setores conservadores da Igreja Católica, porque o grupo contrário era um grupo de comunistas ateus. Também tinham o apoio da classe média alta de empresários capitalistas e de imigrantes descendentes de italianos e alemães, principalmente nos Estados do sul do Brasil.

O outro grupo político que se forma nesse contexto histórico durante o Governo Constitucional de Getúlio Vargas, foi a ANL ou Aliança Nacional Libertadora. Era uma aliança de esquerda, que reunia comunistas, socialistas, democratas e simpatizantes de esquerda em geral.

O principal líder da ANL era Luís Carlos Prestes, o famoso cavaleiro da esperança, o líder da Coluna Prestes durante da década de 20, Luís Carlos Prestes depois de passar um longo período no exílio, estava na União Soviética, retorna ao Brasil e vai se juntar à Aliança Nacional Libertadora.

Essa aliança defendia o não pagamento da dívida externa brasileira, defendia ainda a reforma agrária e o respeito as liberdades individuais, como o direito de greve, imprensa livre. Defendia também a nacionalização de empresas estrangeiras e a instalação de um Governo popular no Brasil.

Porém, Getúlio Vargas colocou a Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade em julho de 1935. E em novembro desse mesmo ano, ocorreu um movimento denominado posteriormente de Intentona Comunista, que foi uma tentativa frustrada de golpe por membros da ANL, que tentam derrubar o governo de Getúlio Vargas. Entretanto, essa manifestação, mal organizada, acabou fracassando rapidamente, e os principais líderes, incluindo Luís Carlos Prestes e sua companheira alemã Olga Benário foram presos.

Em 1937, Getúlio Vargas vai divulgar para a Nação a existência de um suposto plano comunista para tomar o poder do Brasil. Um fictício plano de dominação comunista do Brasil, denominado de Plano Cowen. Vargas divulga através do rádio essa suposta ameaça de implantação do socialismo no Brasil, que vai ser usado como uma justificativa para continuar no poder e implantar um governo ditatorial em 10 de novembro de 1937.

3. TERCEIRA FASE - 1937 a 1945 – Estado Novo

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas implantou o Estado Novo no Brasil, inaugurando a terceira e última fase da Era Vargas. Um período ditatorial em que houve muita repressão, em que havia censura aos meios de comunicação, houve prisões, não havia liberdade de imprensa.

Segundo Bonavides,

Com o advento do Estado Novo, prosseguiria Vargas a obra social de sua primeira ditadura. O Estado Novo foi, no entanto, um Estado social despolitizado na aparência; uma criação do arbítrio de Vargas em termos tão unipessoais que o ditador governou discricionariamente sem Congresso, sem partidos políticos, sem eleições, sem nenhuma base de

representatividade formal. Os instrumentos de força, como a censura, a lei de segurança nacional, os órgãos de propaganda concentrada, o culto dirigido da personalidade, o tribunal de exceção, os cárceres políticos consubstanciavam os elementos de sustentação da ditadura. (BONAVIDES, 2006, p. 81)

Enfim, uma ditadura comandada pelo presidente Getúlio Vargas. O Congresso foi fechado e as eleições que seriam realizadas no ano seguinte foram suspensas. Assim, Getúlio Vargas permanece no poder, desta feita, como ditador.

Nessa fase, Vargas já outorga uma nova Constituição, a CF de 1937, apelidada de Constituição Polaca, por ser de tendência fascista, extremamente conservadora.

Nós temos a instalação de um Estado de emergência permanente, onde plenos poderes são dados ao presidente da república e também a polícia do Estado Novo.

Uma vez fechado o Congresso Nacional, foram editados decretos-lei. Temos também a proibição das greves operárias, a censura permanente aos meios de comunicação, através da atuação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda. Um órgão criado pela estrutura burocrática do Estado Novo.

Temos também, a prisão de vários opositores ao regime político, dentre eles, Graciliano Ramos, o qual escreve na prisão Memórias do Cárcere.

Esse período é marcado pelo apoio das forças armadas, o exército, a marinha e a aeronáutica vão se posicionar a favor do Estado Novo. E, pela ausência de qualquer partido no país, quando a AIB (Ação Integralista Brasileira) foi fechada a mando de Getúlio Vargas.

Em 1938, ocorre a Intentona Integralista, que foi um fracassado golpe desfechado pela AIB contra Getúlio Vargas. Os líderes do movimento acabaram presos e o principal líder da AIB, Plínio Salgado, foi exilado para Portugal.

Na política internacional, nós temos um comportamento pragmático do Estado Novo, porque o governo vai explorar as rivalidades internacionais para obter vantagens para o Brasil. Portanto, durante o Estado Novo, Vargas e a sua elite burocrática adotaram um comportamento pendular, ora atendendo aos países totalitários como Itália e Alemanha, ora atendendo aos Estados Unidos, fazendo uma espécie de barganha para saber quem poderia contribuir para o processo de consolidação da industrialização do

Brasil com apoio estatal. Ou seja, esperava conseguir vantagens para o seu projeto de industrialização, com o destaque para a implantação das chamadas indústrias de base que vão acontecer no contexto histórico da Segunda Guerra mundial, quando o Brasil implanta a Companhia Siderúrgica Nacional em 1942, com o apoio do capital norte-americano. Em troca, o Brasil participa da Segunda Guerra mundial junto aos aliados.

Em 1942, vários navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães, o que provoca um grande clamor populacional, a imprensa exige uma tomada de decisão, uma postura mais enérgica do presidente Vargas, que acaba decretando guerra contra os países do eixo, ou seja, Alemanha, Itália e Japão.

No Brasil, as colônias ligadas a esses três países, acabam sofrendo uma espécie de perseguição. Várias entidades de imigrantes acabam sendo fechadas, inclusive. Um destaque interessante, são dois grandes clubes de futebol existentes na década de 40 que tiveram que alterar sua razão social, mudar o nome dessas agremiações para que elas não fossem fechadas. Justamente, é o Palestra Itália de São Paulo que passa a adotar o nome de Palmeiras e o Palestra Itália de Belo Horizonte, que passa a adotar no nome de Cruzeiro, porque ambos tinham referência aos inimigos do Brasil, aos quais havia sido declarado Guerra.

Em 1º de maio de 1943, ocorre a edição da Consolidação das Leis Trabalhistas, no Estádio de São Januário, Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, Getúlio Vargas decreta a CLT. Legislação que consta os direitos trabalhistas, à partir de então, passamos a ter uma relação corporativista entre o Estado e os trabalhadores.

No ano seguinte, em 1944, Getúlio Vargas envia para os campos de batalha na Itália, a Força Expedicionária Brasileira – FEB, com aproximadamente 25 mil homens. E a luta contra o nazifascismo estabelece uma contradição interna: ditadura lutando ao lado das “forças pró-democracia”. Esse evento é conhecido como o grande paradoxo do Estado Novo.

Perceba, o Brasil era uma ditadura, vivia um clima de ausência de democracia. Entretanto, na Segunda Guerra mundial, o Brasil lutava junto das forças democráticas contra os regimes autoritários. Criou uma situação paradoxal que vai contribuir para o fim do Estado Novo logo após o final da Segunda Guerra mundial.

Portanto, nesse contexto, diversos setores sociais começam a pedir a democracia interna, o restabelecimento da democracia no Brasil. Entre esses grupos destacam-se a UNE – União Nacional dos Estudantes (criada em 1937), os meios de comunicação, rádio, jornal, que apesar da censura efetuada pelo DIP, começam a pressionar. E também temos destaque para o movimento dos mineiros, que contou inclusive com a participação do escritor Carlos Drummond de Andrade.

Diante do contexto apresentado, Getúlio Vargas convoca eleições para 1945, acaba com a censura à imprensa e à anistia aos presos políticos. Como a oposição ao Estado Novo crescia, essas foram algumas tentativas de mudar o jogo. A esperança do Governo Vargas era de que ele pudesse concorrer novamente as eleições presidenciais de 1945.

Já no final do Estado Novo, Vargas cria dois importantes partidos políticos nacionais: o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, baseado no apoio do trabalhismo, no apoio dos operários, ficando conhecido assim como o pai dos pobres no Brasil; e o PSD – Partido Social Democrático, ligado a setores empresariais. Assim, existia a tentativa de agradar tanto trabalhadores quanto elementos da elite nacional.

Após a criação dos partidos, surgiu o movimento queremista, que era de cunho popular, apoiado discretamente por Vargas para tentar a sua continuidade no poder. Outra tentativa também, é tentar se aliar aos comunistas, pois o PCB - Partido Comunista Brasileiro, que estava na ilegalidade durante o Estado Novo, volta e com isso Vargas tenta se aproximar de suas lideranças.

Outra iniciativa de Getúlio Vargas é propor uma “Lei Anti-Truste”, que desagradava os interesses capitalistas dos Estados Unidos. Com isso, em 1945, Vargas é afastado do poder pelo exército (influenciado pelos EUA), que temia uma nova tentativa golpista do presidente. Sendo assim, Getúlio Vargas retorna para São Borja e é eleito posteriormente, senador por dois Estados ao mesmo tempo, São Paulo e Rio Grande do Sul.

José Linhares, que era presidente do Supremo Tribunal Federal, assume a Presidência da República até que as eleições tivessem transcorrido e o novo presidente assumisse. Já que durante o Estado Novo não havia a figura do vice-presidente, ou seja, Getúlio Vargas governava sozinho, e ainda nesse sentido, o Congresso nacional estava

fechado. Sendo assim, na ausência do presidente da Câmara dos Deputados e do presidente do Senado, evidentemente, quem assume a presidência é o presidente do STF.

4. ERA VARGAS: UM PROJETO TRABALHISTA E NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA

As bases e a efetiva implantação de um projeto nacional-desenvolvimentista no Brasil remontam à figura de Getúlio Vargas, que unificou as essências nacionalista, intervencionista, pró-crescimento e industrializadora ao positivismo:

[...] foi no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo pela primeira vez expressou-se de forma mais acabada. Nele as quatro vertentes formadoras do desenvolvimentismo apareceram associadas não só como propostas, mas como medidas que o governo começa a introduzir, configurando o embrião da nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento. (FONSECA, 2012, p. 45)

Veremos que o nacionalismo será a ideologia clara e presente, com uma guinada para o rumo industrial, com um franco rompimento da óptica liberal econômica, bem como a forte presença do aparelhamento estatal a permitir um movimento acelerador da economia:

Da frágil indústria, tutelada e ambígua, deveria sair uma transformação qualitativa, sobrepujando a mediocridade das mudanças passo a passo, para um grande salto. Num livro publicado em 1935, um economista americano, em valioso estudo acerca do Brasil, notava que a industrialização era um fato que não se poderia mais negar, contestando os retardatários críticos às “indústrias artificiais”, saudosos do país essencialmente agrícola. “Uma revolução estrutural” - acentua - “substituiu uma evolução estrutural, sem mudança de processo”. (FAORO, 2012, p. 808)

Desta forma, é possível afirmar que “o modelo do Estado Liberal foi juridicamente posto em xeque no Brasil somente a partir da Constituição de 1934”, inspirada pela Constituição de Weimar, de 1919, bem como pela Constituição Mexicana, de 1917 (NOHARA, 2012, p. 20), época em que Vargas já levantava suas objeções ao

modelo liberal, enquanto deputado. Por ocasião de debate com Gaspar Saldanha, em 1919, ele afirma:

(...) permita-me dizer que V. Exa. está filiado à velha teoria econômica do 'laissez-faire', teoria essa que pretende atribuir unicamente à iniciativa particular o desenvolvimento econômico industrial de qualquer país, deixando de lado a teoria da nacionalização desses serviços por parte da administração pública, amplamente justificada pelas lições da experiência, não levando V. Exa., em linha de conta, que nos países novos, como o nosso, onde a iniciativa é escassa e os capitães ainda não tomaram o incremento preciso, a intervenção do governo em tais serviços é uma necessidade real. (VARGAS *apud* FONSECA, 2012, p. 42)

Portanto, assim que assume o executivo como Presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio implementa de maneira embrionária as bases que guiarão o Brasil a partir de sua ascensão ao poder central em 1930, uma agenda de fortes mudanças na estrutura do estado brasileiro:

Para enfatizar esta mudança, convém associá-la às origens de uma nova forma de pensar e atuar na economia, a qual será hegemônica nas décadas seguintes no país. Emerge o desenvolvimentismo, entendendo-se este como uma ideologia consubstanciada em um projeto que firma o desenvolvimento econômico como a principal tarefa do governo, o epicentro de suas ações e da política econômica, tendo como objetivo maior a industrialização do país. Mais que progresso ou evolução, o desenvolvimento torna-se o fim último da ação estatal, supõe colocar todos os instrumentos e meios para a consecução de um objetivo bem definido: o crescimento da economia (e não mais a evolução moral ou intelectual). Através dele o Estado atua indo ao encontro de um ideal futuro de sociedade, inclusive tornando-se pré-requisito para melhorar a distribuição de renda e afirmar valores como soberania nacional e igualdade social. (FONSECA, 2012, p. 47)

Como visto, Getúlio Vargas ascende ao poder como líder do movimento revolucionário de 1930. Chegou à presidência naquele ano como chefe do Governo Provisório, permanecendo nesta condição até 1934, quando foi eleito indiretamente presidente constitucional, posição que ocupou até 1937, quando inaugura uma ordem autoritária chama Estado Novo, da qual foi líder até 1945, retornando ao poder pelo voto popular em 1951, para ser novamente presidente até 1954.

No decorrer destes longos períodos, a figura de Getúlio Vargas foi deveras importante na ascensão e consolidação do trabalhismo no Brasil, para além dos seus

referenciais teóricos e da sua construção histórica, tendo, ainda em 1930, criado, como um dos seus primeiros atos de governo, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, bem como, em 1931, instituído o Departamento Nacional do Trabalho. Miguel Bodea (1992, p. 160) lembra as palavras do Correio do Povo de 30 de novembro de 1946:

Creio que, assim, poderemos perceber melhor o que o Getúlio Vargas representa para a massa trabalhadora. O povo não poderia compreender o trabalhismo nos seus delineamento teóricos, na sua concepção abstrata, nos seus princípios científicos. Sabe, porém compreende-lo através da ação política e administrativa de um homem que o tem realizado. Essa pessoa representa para o povo uma diretriz, uma tendência que sabe corresponder às suas necessidades, aos seus anseios, às suas aspirações. Não segue o povo uma orientação por causa da pessoa, mas segue a pessoa por causa de sua orientação. A idéia é mais assimilável através de sua personificação, que se não deve confundir com personalismo.

Ao cabo, é importante destacar que foram justamente no Governo Provisório de Getúlio Vargas, entre 1932 e 1934, que toda a legislação trabalhista brasileira foi editada e, com o trabalhismo, criou-se um proletariado urbano necessário ao desenvolvimento industrial do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que, diversas foram as características de grande importância durante o Governo Vargas, dotado de um projeto nacional-desenvolvimentista, com foco no desenvolvimento do trabalhismo.

Getúlio Vargas inaugurou uma política denominada populismo, que foi um tipo de governo que possuiu as seguintes características: autoritarismo, estatismo, corporativismo, concessões parciais a camada mais pobre da população, visando obter seu apoio.

O Estado se apresenta como mediador dos conflitos sociais, é o chamado corporativismo, ou seja, o Estado se apresenta como interventor entre a luta de classes, entre capital e trabalho.

Temos também, como característica do governo Vargas, o nacionalismo econômico, com a criação de empresas estatais e a construção de grandes obras públicas, como a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce, duas importantes estatais responsáveis pela industrialização de base no Brasil.

Relevante, falarmos na Intervenção do Estado na economia, bem como no controle dos trabalhadores com criação de leis, haja vista a decretação da Consolidação das Leis Trabalhistas e o atrelamento dos Sindicatos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Além disso, temos a utilização intensa de propaganda governamental e censura, com a criação da DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que tinha a intenção de criar uma imagem positiva de Getúlio Vargas para a população, principalmente através do rádio, que era o meio de comunicação de massa. Destacando a criação da “Hora do Brasil”, criado durante o Estado Novo, que hoje chama-se “Voz do Brasil”. O que resultou a imagem do “pai dos pobres”, ou seja, a aproximação com as camadas trabalhadoras do Brasil, o conhecido trabalhismo.

Tivemos também, o incentivo ao mercado interno e uma política de valorização do café, com a recuperação do preço do produto mediante a queima dos estoques excedentes. E, o incentivo a indústria nacional, principalmente a Indústria de base, durante a Segunda Guerra Mundial, quando foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional e a nacionalização das refinarias de Petróleo.

Enfim, além de ilustrar um pouco da história compreendida entre os anos de 1930 a 1945, período conhecido como “A Era Vargas”, bem como resgatar as inúmeras heranças deixadas por Getúlio Vargas, que continuam a influenciar e ecoar até os dias atuais, em especial seus ideias trabalhistas e nacional-desenvolvimentistas.

REFERÊNCIAS

AMARAL. Roberto. **O Constitucionalismo da Era Vargas**. In: *Revista de informação legislativa. Brasília*, v. 41, n. 163, p. 85-92, jul./set. 2004.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. **Tentativa de instituição da democracia de massas no Brasil: instabilidade constitucional e direitos sociais na Era Vargas**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELÄNDER, Airton Cerqueira Leite. *História do Direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade*. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Getúlio Vargas e o Estado social das ditaduras**. In: *RDE - Revista de Direito do Estado*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 71-82, abr./jun. 2006.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/justica-eleitoral>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

CÂNDIDO, Antonio. **A Revolução de 1930 e a Cultura**. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, Abril 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro**. In: *D'ARAÚJO, Maria Celina (org). As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Ed. FGV, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FONSECA, Pedro C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Pedro P. Z.; FONSECA, Pedro C. D. (Org.). **A era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012a. p. 21-49.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.